

90% das execuções fiscais 2023 foram propostas na Jus

A Justiça Estadual recebeu o volume de 1.747.766 pro
dívidas de contribuintes com o Poder Público estadual
do total das execuções fiscais ingressadas entre 1 d
da ordem de R\$ 1,9 milhão. Os dados são do Painel de
pelo Conselho Nacional de Justiça.

Na busca de acordos com os devedores de maneira que
possam quitar essas pendências com o Fisco, as unida
da federação se pre
Regularização, Tribu
de dezembro.

O relatório Justiça em Números 2023 apontou a
existência de mais de 27 milhões de execuções fiscai
ano de 2022, dentro de um universo de endividamento
cerca de R\$ 80 milhões. As execuções fiscais alcança
taxa de congestionamento no Poder Judiciário de 88%,
ou seja, somente 12 processos a
por ano.

Preocupado com a ineficiência da cobrança do crédito
público, o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal F
estabeleceu entre as metas da sua gestão, até 2025,
processo judicial.

O ministro Barroso coloca entre as prioridades a bu
público para tratar o tema com a seriedade que merec
algo que custa muito caro ao país, afirma a juíza a

A Semana Nacional da Regularização Tributária é part
Tratamento Adequado à Alta Litigiosidade do Contenci
Resolução CNJ n. 471/2022. Capitaneada pelo Conselho
realizada de 11 a 15 de dezembro de 2023, em parceri
estadual e municipal.

O esforço conjunto tem por objetivo gerar ambiente f
juiz coordenar os acordos. Fomentamos que estados, m
propícias para pôr fim ao processo ou suspender em r
auxiliar.

Para Keity Saboya, o caminho para o tratamento adequ
do Poder Judiciário com os entes federativos, em dir



modo, o processo de negociação torna-se simples: Mu
audiência. Havendo acordo, o juiz só homologa .

Litigiosidade e arrecadação

O Rio Grande do Sul possui hoje o montante de R\$ 40
tributários, dos quais o Imposto sobre a Circulação
Telecomunicações (ICMS) representa R\$ 39 bilhões. Al
de arrecadação estadual são o Imposto sobre a Propri
Imposto sobre a Transmissão de Causa Mortis e Doação

Parte substancial desse montante corresponde a débi
ou mesmo de execuções fiscais que, embora os débitos
em razão da ausência de patrimônio dos executados ,
RS, Eduardo Cunha da Costa.

De acordo com ele, a forma mais efetiva utilizada pe
reduzir a litigiosidade e incrementar a arrecadação
consensuais de composição de discussões judiciais pe
públicos. Dessa forma, são realizados parcelamentos
estaduais e penhoras de faturamento.

O monitoramento de jurisprudência com efeito repetit
sido eficaz nessa tarefa, além da interlocução com a
críticos de grande endividamento, crime tributário e
concentrados para atuação qualificada do Comitê Inte
(CIRA/RS), entidade que conta atuação conjunta da Re
Público , acrescenta.

No âmbito judicial, a PGE mantém rotinas de extinção
permissão legal de não ajuizamento de créditos inviá
execuções comprovadamente inviáveis e pela regulamen
administrativo da chamada prescrição intercorrente,
para apresentar recurso sobre a decisão judicial.

O procurador-geral gaúcho aponta que a primeira Sema
Tributária será uma oportunidade de intensificar as
Estado trabalha com a meta de alcançar R\$ 400 milhõe
determinar um trabalho bastante efetivo no evento. A
mais R\$ 300 milhões o estoque de créditos negociados

Recuperação de Créditos

A maior parte das dívidas com o estado de Pernambuco
acordo com a procuradora-geral do Estado, Bianca Fer
que tem buscado racionalizar o ajuizamento de execut
alternativas de cobrança, já se valendo do protesto

A PGE-PE também tem se valido da Câmara de Negociaç
realização de transações envolvendo créditos inscrit



prescrição (tanto principal como intercorrente) é feita por provocação dos contribuintes como de ofício, ex

Encontra-se em curso no estado, o Programa Especial relativos ao ICMS, ao IPVA e ao ICD, inaugurado pela De acordo com a procuradora-geral de Pernambuco, o p vigência até dia 30/11/2023, deve ser prorrogado e e Nacional de Regularização Tributária.

A PGE-PE está em contato com o Tribunal de Justiça d conjunta durante a Semana, entre 11 e 15 de dezembro Semanas Nacionais de Conciliação, definidos os tipos selecionados processos para serem objeto de negociaç conduzidas por representantes do Poder Judiciário. Es informações da assessoria de imprensa do CNJ.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2023-nov-30/90-dos-processos-de-exec-estadual/>